

A redução crítica da heteronímia

Pedro Sepúlveda

Universidade Nova de Lisboa

Resumo

Partindo de considerações de Eduardo Lourenço e de Adolfo Casais Monteiro, este ensaio discute o problema de uma redução crítica do fenómeno da heteronímia. Esta redução tem que ver, segundo ambos os críticos, com uma explicação da heteronímia a partir de fundamentos que lhe são exteriores, recorrente na tradição crítica pessoana. Por oposição a este tipo de leitura, e através da análise das propostas destes dois críticos, o ensaio aponta para linhas interpretativas que têm por base a dimensão textual, literária e editorial do fenómeno, rejeitando o recurso a fundamentos que excedam estas dimensões.

Palavras-chave: Fernando Pessoa, Heteronímia, Crítica, Eduardo Lourenço, Adolfo Casais Monteiro.

Abstract

Based on considerations by Eduardo Lourenço and Adolfo Casais Monteiro, this essay discusses the problem of a critical reduction of the phenomenon of heteronymy. According to both critics, this reduction is associated with an explanation of heteronymy based on external motives, recurrent in the critical tradition of Pessoa's work. In opposition to this kind of reading, and through the analysis of the proposals of both these critics, the essay points out interpretative lines, which are based on a textual, literary and editorial dimension of the phenomenon, rejecting references to motives exceeding these dimensions.

Keywords: Fernando Pessoa, Heteronymy, Criticism, Eduardo Lourenço, Adolfo Casais Monteiro.

I. A crítica e a *redução da estranheza*

Nas primeiras páginas de *Pessoa Revisitado*, tal como publicado em 1973, Eduardo Lourenço tece diversas considerações a respeito da crítica pessoana até então conhecida. Focando especificamente o problema da heteronímia, que define como “desdobramento artístico”, Lourenço defende que os “primeiros intérpretes” de Pessoa “tentaram tudo o que estava em seu poder para reduzir a *estranheza* desse desdobramento” (Lourenço, 2003: 25).¹

Procurarei defender, em seguida, que este diagnóstico de Lourenço é – em sentido estrito, empregue no ensaio –, absolutamente exato, não só relativamente aos primeiros críticos de Pessoa, mas também a respeito de grande parte da crítica posterior. Por outro lado, defendo que esta avaliação se aplica, num sentido mais abrangente de *redução crítica*, não só à própria posição crítica de Lourenço como a todas as possíveis posições críticas sobre o problema da heteronímia. Neste sentido abrangente, a atividade crítica implica necessariamente a redução do fenómeno analisado a certos fundamentos, a partir dos quais o mesmo se vê justificado. No entanto, e em linha com o que defende Lourenço, no sentido estrito para que aponta o seu diagnóstico, a crítica adequada é aquela que, tendo consciência da sua fatal necessidade de impor certas chaves de leitura, as encontra como resultado de uma atenta e cautelosa interpretação do texto, procurando torner a tentação de reduzir o seu sentido a uma explicação que parte de pressupostos teóricos que lhe são exteriores.

A oposição que proponho considerar é a que separa a necessária *redução crítica da redução da estranheza* do fenómeno da heteronímia, a respeito da qual Lourenço identifica “três direcções principais” (*idem*). A primeira é a *psicológica*, que procura justificar o *desdobramento* poético através de motivações do foro íntimo, encontrando nomeadamente na quebra de laços afetivos na infância e em frustrações amorosas posteriores a justificação para a necessidade criativa. A segunda é identificada como a *literária*, que reduz a diversidade de cada um dos poetas criados por Pessoa a uma unidade temática e estilística, que estaria na base de toda a obra, independentemente do seu género e da sua atribuição autoral. A terceira é definida como *sociológica*, encontrando na obra a representação de um comportamento histórico característico de determinado grupo social, influenciado por certas ideias estéticas desviantes. Estas direcções ou

¹ Remetemos aqui para a primeira edição de *Pessoa Revisitado* (Porto, Inova, 1973), que não incluía dois prefácios posteriormente acrescentados, “Singular pr(o)émio”, prefácio à segunda edição (1980), e “Vinte anos depois”, nota à terceira edição (2000), reimpressa pela Gradiva em 2003. O núcleo forte dos argumentos apresentados por Lourenço encontra-se na primeira parte do livro, intitulada “Considerações pouco ou nada intempestivas”, citada aqui a partir da edição de 2003.

perspetivas seriam representadas, respetivamente, pelos seus críticos mais emblemáticos: João Gaspar Simões, Jacinto do Prado Coelho e Mário Sacramento.

É curioso notar, por um lado, como Lourenço retira estas caracterizações, como o mesmo refere, do ensaio de Pessoa “A Nova Poesia Portuguesa no seu aspecto psychologico”, publicado na revista *A Águia*, em 1912, segundo o qual estas seriam as três perspetivas que naturalmente se impõem na análise de uma obra literária. Por outro lado, o epíteto *sociológico* fora já empregue pelo próprio Gaspar Simões para designar a obra de Sacramento, enquanto Adolfo Casais Monteiro designara já o labor crítico de Simões como *psicologismo*.² Em “Poesia e Heteronímia. Resposta (sem metáfora) ao Sr. Prof. Jacinto do Prado Coelho”, texto escrito num tom polémico fortemente vincado, Lourenço aprofunda a sua crítica ao livro de Prado Coelho *Diversidade e Unidade em Fernando Pessoa* (1949), respondendo a uma discussão fomentada por dois artigos anteriores de ambos os autores. Este ensaio, escrito em 1971, foi dado a conhecer apenas recentemente, em número especial da Revista *Colóquio Letras*, revelando o seu autor, em nota no manuscrito, “à última hora impedi a sua publicação” (Lourenço, 2009: 376). Lourenço define aí o que designa por “diferença entre os dois campos”, dividindo a crítica pessoana em dois grandes núcleos, o primeiro dos quais inclui “Gaspar Simões, o Prof. Prado Coelho, Mário Sacramento, Óscar Lopes e, recentemente, o Prof. G[eorge Rudolf] Lind”, o segundo “Casais Monteiro, Joel Serrão, Jorge de Sena, Mar Talegre, Pierre Hourcade e ‘mais recentemente’ Maria Aliete Galhoz, Octavio Paz, Alain Bosquet e Robert Bréchon” (380).

A diferença entre os dois campos poderá reduzir-se ao seguinte: para o primeiro *a poesia* pode comparecer diante de uma estância – *a crítica* – que tem o poder de a forçar a “justificar-se”, a declarar a sua interna deficiência ou contradição, quer dizer, o exercício crítico institui-se não só como discurso *homogéneo* ao *logos* do poema, mas como dissemos ontologicamente superior, pois é nele e através dele que *o poema* é situado na luz que lhe convém; para o segundo, mesmo se a sua posição não é tematizada (como aliás acontece também na do primeiro), *é o poema* que constitui e institui uma instância mais alta e profunda do que toda a palavra crítica que o visa, o que significa, em definitivo, que *é a poesia* que em permanência julga o crítico. (*idem*)

² Este emprego da caracterização *sociológico* por Simões é referido por Lourenço num artigo de recensão crítica ao livro de Sacramento, “O Pessoa de Sacramento ou o exorcismo da noite”, publicado em *O Comércio do Porto* (Lourenço, 1969), e em que são desenvolvidos vários dos pontos posteriormente mencionados de forma mais sintética em *Pessoa Revisitado*. A leitura crítica de Casais Monteiro do livro de Gaspar Simões encontra-se exposta principalmente no seu ensaio “Fernando Pessoa e a Crítica”, de 1952 (cf. Monteiro, 1985: 141-204, em particular 154).

A passagem clarifica uma crítica da crítica enquanto instância “ontologicamente superior”, entendida como exercício que leva o poema a “justificar-se”, explicando-o a partir de um fundamento que lhe é exterior. Como Lourenço sublinha em *Pessoa Revisitado*, em qualquer destes casos passa-se da análise da heteronímia para o seu “desmascaramento”, que não evita uma “forte coloração pejorativa” (26). Este “desmascaramento” consiste numa “desmistificação” e numa “desmitificação”, compreendendo uma redução da heteronímia a um fundamento exterior ao próprio fenómeno. A sua “forte coloração pejorativa” reside, no entender do crítico, numa interrogação dirigida ao “nihilismo” de Pessoa, a partir de um horizonte “moralista”, chamando o poeta a responder “diante do tribunal da Sinceridade, da Ordem Moral, da Ordem Ideológica” (27).

A escrita cautelosa e a espaços elogiosa de Lourenço a respeito dos anteriores críticos, a sua delicadeza estilística e aparente diplomacia ocultam aquela que é afinal uma crítica feroz e radical dirigida aos principais livros de crítica pessoana escritos e publicados até então. Trata-se de um radicalismo que não encontra paralelo na tradição da crítica pessoana, nem mesmo em Casais Monteiro, que reagira também já, em moldes semelhantes, à fortuna crítica da obra de Pessoa, com particular ênfase nos estudos de Gaspar Simões e Prado Coelho (cf. Monteiro, 1985 [1952]: 142ss.). Este radicalismo é decisivo por dois motivos, apelando a uma exigência da crítica em aceitar essa estranheza de Pessoa, sem a reduzir a um “exterior diante do qual possa comparecer” (27). O seu segundo motivo consiste em reconhecer, sem rodeios, logo na primeira frase do ensaio, que “Pessoa é uma natureza genial”, consideração hoje tomada como lugar-comum, mas que escrita em 1973 possui carácter revolucionário.³ Este reconhecimento retira Pessoa dessa tribuna normalizante perante a qual se teria de justificar e recoloca o crítico em posição subalterna face à obra.

Perante tal diagnóstico da fortuna crítica da obra de Pessoa, representada pelos seus principais críticos até à data, qual será então a proposta de leitura de *Pessoa Revisitado*, por contraponto a esta redução que caracterizaria os seus antecessores? Esta proposta é a de ler a heteronímia enquanto conjunto de textos, “como poemas e não como poetas”, não como manifestações psicológicas de diferentes personalidades mas enquanto “a poesia que são”, no sentido de “fases ou maneiras diferentes” de escrever poesia, o que seria igualmente válido para a análise de “muitos poetas que nunca pretenderam ser vários” (32). Neste sentido, a proposta de

³ Agradeço a António M. Feijó por ter chamado a atenção para o cariz revolucionário desta primeira frase de *Pessoa Revisitado*.

Lourenço surge na linha de uma crítica ao psicologismo desenvolvida por Casais Monteiro e ao questionamento, em desenvolvimentos contemporâneos da crítica literária, nomeadamente do estruturalismo, da pertinência analítica de motivos exteriores ao texto literário. Embora questione este tipo de redução crítica operada a partir de fundamentos exteriores ao texto, Lourenço não deixa de sugerir o “nexo orgânico” (33) das diversas partes da obra, propondo no subtítulo do livro uma “leitura estruturante” da heteronímia.

Esta defesa de uma leitura da obra enquanto conjunto, totalidade orgânica, é absolutamente decisiva, tal como é decisiva a ideia de que esta totalidade não se apresenta enquanto tal, de forma plenamente constituída. Trata-se de uma “totalidade fragmentada”, de que não é possível “entrever o perfil global”. Deste modo, os “heterónimos”, aqui sinónimo de *obras heterónimas*, não teriam uma leitura “individual”, já que dependem de uma relação com o conjunto da obra, mas também não permitiriam uma leitura “dialética”, não sendo “partes” dessa totalidade mas sim “plurais e hierarquizadas maneiras de uma única e decisiva fragmentação” (*idem*). Lourenço entende assim – correspondendo à ideia de Pessoa de um conjunto orgânico de obras, designado entre outras possibilidades por *drama em gente* – que a obra heterónima deve ser lida enquanto *puzzle*, ainda que fragmentado, do qual não é possível reconstituir a totalidade, apesar de as peças do *puzzle* dependerem dessa mesma totalidade.

A ideia de uma *totalidade fragmentada* vem questionar tanto leituras que encontram na obra de Pessoa uma estética do fragmentário como as que partem de uma unidade forte, da qual estaria ausente o fragmento. Este reconhecimento do estatuto específico da obra é determinante na leitura de Lourenço, que introduz ainda uma justificação para este mesmo estatuto:

Esta totalidade fragmentada que os heterónimos *são* não é uma quimera destinada a introduzir coerência num “puzzle” que tem resistido a ela. É a *poesia* de Pessoa *anterior* ao surgimento de Caeiro, Campos e Reis. É o mistério dessa *ruptura* que é necessário esclarecer e esclarecer *concretamente*. (*idem*)

Lourenço introduz aqui uma ideia de génese, em sentido cronológico, de desenvolvimento da obra antes e após a criação dos heterónimos, distinta da anteriormente proposta génese psicológica e que “conduz dos *textos-Pessoa* anteriores à criação heteronímica aos *textos heteronímicos*” (34), no sentido de esclarecer o “mistério dessa *ruptura*” (33). A importância genética que Lourenço atribui a estes textos anteriores à criação de Caeiro, Reis e Campos, nomeadamente

à poesia escrita sob o nome de Alexander Search, é muito relevante na sua leitura, colocando o acento genético na cronologia da obra. Esta posição de *Pessoa Revisitado* será, no entanto, revista posteriormente, pelo próprio, em textos posteriores à publicação da primeira edição do *Livro do Desassossego*, em 1982. Mesmo não tendo acesso a dados que resultam de uma pesquisa do espólio do poeta conduzida de forma mais marcante e reveladora a partir dos anos 90, e que apontam para uma forte criação de figuras autorais nos anos anteriores à invenção de Caeiro, Reis e Campos, o *Livro do Desassossego* constitui, segundo Lourenço, “motivo para *repensar* mais a fundo o significado dessas criações” (Lourenço, 2008 [1983]: 130). O texto do *Livro*, que Lourenço apelida de “suicida”, por nele se cumprir o “suicídio” da “*mitologia heteronímica*” (123), vem demonstrar que “o sentido do afloramento textual heteronímico” é não tanto o de uma rutura quanto o de uma “*exasperação espectacular*, mas em si mesma superficial, de um heteronimismo mais profundo” (130). O *Livro* “*comporta todos os textos de Fernando Pessoa*” (120) e, neste sentido, é revelador de uma pluralidade de registos que não depende desse momento criador de 1914, entendido apenas como mais uma manifestação, ainda que relevante, desse “heteronimismo mais profundo”, no sentido de uma “heteronímia *natural*” e “*expressa*” no *Livro* (130). Esta heteronímia, no sentido de um sistema de conteúdos plural, manifesta-se, segundo Lourenço, mesmo em textos do *Livro* anteriores a 1914, como “Na Floresta do Alheamento”, publicado em 1913 (cf. 124).

Esta leitura, motivada pela tardia revelação de uma obra fundamental, permite recolocar o foco da crítica numa “presença do efeito-heterónimo”, possível designação abrangente do que seria o processo poético pessoano, que se “manifesta em Pessoa assim que começa a escrever” (Martins e Zenith, 2012: 30). Já antes da criação de Caeiro, Reis e Campos, Pessoa esboçara diversas figuras autorais, sob cujos nomes escreveu várias obras, sendo igualmente esboçado um sentido de conjunto destas mesmas obras. A definição sistémica da sua obra depende assim de um privilégio concedido a determinadas figuras, que é variável ao longo do desenvolvimento da obra. Se Caeiro, Reis e Campos, criados em 1914, vêm reformular essa mesma obra, é apenas em 1928 que Pessoa irá proceder a uma redefinição conceptual dos seus propósitos, introduzindo nomeadamente, pela primeira vez, os conceitos de *ortónimo* e *heterónimo*, pensados enquanto adjetivos que designam tipos de obra e a definem tanto de um ponto de vista editorial quanto sistémico (cf. a este respeito Sepúlveda, 2013: 206-244).

É extraordinário como Lourenço não precisou de confirmação filológica, mais tarde obtida através de publicações de diversas obras, ainda que por vezes apenas esboçadas e materialmente

fragmentárias, do que a crítica passou a designar, de forma um pouco enganosa, como *pré-heterónimos*. A sua intuição, absolutamente correta, resulta, no entanto, de uma revelação editorial marcante, a do *Livro do Desassossego*, que põe a nu uma suposta autonomia dos textos heteronímicos enquanto manifestações de rutura ou fragmentação de um sujeito ou universo poético anteriormente uno. Essa “*pluralidade mítica*” vê-se deste modo questionada, ainda que não consentido igualmente a “ilusão” de “uma *mítica* unidade” (Lourenço, 2008 [1983]: 30). Diversos textos de Lourenço posteriores a 1982, data dessa publicação reveladora, estão marcados por esta ideia da heteronímia enquanto fenómeno poético cujo peso excede o momento da criação de Caeiro, Reis e Campos e marca já os escritos anteriores a 1914, assim como obras escritas sob outros nomes. A importância desta viragem interpretativa na crítica pessoana de Eduardo Lourenço não tem sido devidamente assinalada, permitindo porventura falar, se quisermos seguir um hábito adquirido nos campos da história da filosofia e da crítica, de um *primeiro* e um *segundo* Lourenço, no que diz respeito ao conjunto dos seus textos ensaísticos sobre Fernando Pessoa.

A primeira intuição de Lourenço é, no entanto, ainda que revista posteriormente, decisiva enquanto marco da tradição crítica, recolocando a atenção do crítico no desenvolvimento cronológico da obra, na sua génese textual, em sentido lato e em detrimento de fundamentações genéticas de outro tipo. São a este propósito determinantes as suas leituras da poesia de Alexander Search, mostrando as suas ligações com a poesia heterónima posterior, assim como da presença de Walt Whitman na génese de Caeiro, Reis e Campos, num momento em que ainda não eram conhecidos outros textos que a comprovam, juntamente com o profusamente anotado volume da poesia de Whitman da biblioteca particular de Pessoa.⁴ Esta proposta permite-lhe introduzir, em *Pessoa Revisitado*, uma justificação para essa *totalidade fragmentada* constituída pelas obras heterónimas, que integra elementos de foro ontológico e existencial. A heteronímia seria, neste sentido, uma “solução” para “dificuldades pessoais, espirituais e literárias” (28), entendida enquanto “resposta e solução [...] de um conflito – ou de o conflito – inerente à totalidade da consciência poética antes da misteriosa deflagração criadora de Caeiro” (40).

Encontramos aqui o que possivelmente mais se aproxima de uma *redução crítica*, justificativa do fenómeno da heteronímia. Nenhum labor crítico pode afinal prescindir de chaves de leitura que justificam o modo como os fenómenos se apresentam na obra literária. No entanto, trata-se aqui de uma chave de leitura que releva de uma interpretação do desenvolvimento das diversas

⁴ Cf. nomeadamente “Walt Whitman e Pessoa” (1977) e “Considerações sobre o Proto-Pessoa” (1978; sobre a poesia de Alexander Search) (Lourenço, 2002: 167-206), assim como o exemplar CFP 8-664 MN da Biblioteca Particular à guarda da Casa Fernando Pessoa (Whitman, 1984).

fases da obra e toma a sério a heteronímia enquanto fenómeno literário. Esta interpretação almeja o que, sem conseguir, por em rigor impossível, o crítico pretende preservar enquanto ideal: a interpretação da obra que evita o recurso a fundamentos exteriores ou estranhos ao próprio texto.

II. Lourenço, Casais Monteiro e a *interpretação* em lugar da *explicação*

Como notou Lourenço, Casais Monteiro terá sido o primeiro crítico a inverter a relação inicialmente proposta pela crítica entre figura autoral e obra, ou entre *poeta* e *poema*, defendendo que os retratos de Caeiro, Reis e Campos foram feitos para as obras, e não o contrário (cf. 30-32). Deste modo, a sua existência enquanto figuras autónomas é colocada em causa, sendo dependente dos próprios poemas e colocando assim o problema, tal como Lourenço defenderá, de um ponto de vista textual, literário, e não psicologista. A questão de saber o que terá sido criado primeiro, do ponto de vista cronológico, se a figura autoral ou a obra, ou se se trata de uma criação simultânea, é de difícil resolução; no entanto, pelo menos dois elementos apontam para uma tendência, no caso de Pessoa, em desenvolver as figuras a partir de obras previamente escritas. O primeiro elemento é a existência, em projetos e planos editoriais, de títulos e apontamentos a respeito de obras – já iniciadas, pelo menos parcialmente, como revelam outros documentos – que precedem a indicação de autoria. O segundo elemento é a descrição de Pessoa da génese dos heterónimos, na famosa carta a Casais Monteiro, que aponta, nos casos de qualquer dos heterónimos, neste mesmo sentido, de que a escrita dos poemas antecede e determina a criação da figura (cf. Sepúlveda, 2013: 241-248).

Neste ponto as análises de Lourenço são decisivas, problematizando a questão do desenvolvimento de uma figura autoral a partir dos poemas, e mostrando que a forma como esta figura é definida, em textos de cariz descritivo ou mesmo biográfico, nem sempre corresponde ao que os poemas dão a ler. Nomeadamente no caso de Caeiro, Lourenço demonstra o modo como um certo ideal, elaborado por Pessoa em textos de suporte à obra, não coincide inteiramente com o que resulta da leitura dos poemas, em que um Caeiro real contrasta com este ideal e ameaça a sua coerência (cf. Lourenço, 2003: 37-40). É nestes problemas de coerência entre um ideal projetado e a realização de uma obra, ou de uma parte da obra, que se encontra o cerne da questão relativamente a uma suposta unidade ou diversidade do sistema de obra criado por

Pessoa. Não sugerindo uma unidade forte de temas e estilo como propõe Prado Coelho, tanto Lourenço como Casais Monteiro defendem a ideia de uma certa coerência do sistema criado por Pessoa, e leem-no enquanto puzzle de sentidos que se conjugam num todo.

Lourenço fala em *nexo orgânico* de uma *totalidade fragmentada*, enquanto Casais Monteiro aponta para um sistema de sentidos múltiplos e diversos, mas encontra nele uma unidade que, como defende, “não pode estar por certo nas *afirmações* do poeta, ou em uma das várias filosofias que podemos extrair de cada um desses “compartimentos” da sua obra”, mas “na própria estrutura de qualquer dos sentidos da sua obra” (Monteiro, 1985: 56). Como nota ainda na mesma passagem, “que a multiplicidade de planos não nos iluda: que importa quanto se contradigam os vários heterónimos, se ao fim nos resta uma impressão de totalidade?” (*idem*).

Não se trata assim de discutir a pertinência de uma unidade psicológica do sujeito, questão de cariz filosófico e de algum modo exterior à obra de Pessoa, ou da unidade literária defendida por Prado Coelho, no sentido de temas e estilos unos e comuns a toda a obra, mas de encontrar no desenho de conjunto que Pessoa atribui à obra uma pretensão ou, como defende Casais Monteiro, uma “impressão de totalidade”. Esta *impressão* permanece para lá das contradições que a crítica encontra, e que estão de facto presentes em algumas partes da obra de Pessoa, que foram sempre, no entanto, pensadas numa relação com um todo, reconfigurado ao longo do tempo. Observando o desenvolvimento da obra e do sistema heteronímico, notamos, como viu muito cedo Casais Monteiro, não a existência de uma evolução linear, mas o desenvolvimento de um sentido de conjunto pontualmente determinante mas permanentemente modificado, com a entrada e a saída de novos elementos. Isto é particularmente visível nos textos de pendor descritivo ou sistémico, tal como os prefácios ou os projetos de edição e publicação da obra desenvolvidos por Pessoa. Aí nota-se como o desenho de conjunto da obra, que Pessoa ia esboçando e alterando ao longo do tempo, depende tanto de propósitos poéticos como editoriais, num sentido lato, de organização da obra com vista a uma futura edição e publicação.

Já antes de Lourenço e antecipando algumas das suas considerações, Casais Monteiro apresenta nos seus textos críticos intuições decisivas para a adequada interpretação da heteronímia, e que se poderiam resumir do seguinte modo: 1. Importância da estrutura de conjunto da obra pessoana, que deixa uma impressão de totalidade, 2. Não-coincidência entre figura autoral e texto, ou entre retrato e obra, 3. Defesa de uma interpretação da heteronímia que não passe por uma explicação da mesma a partir de um fundamento que lhe é exterior.

O prefácio à primeira reunião em livro dos seus *Estudos sobre a poesia de Fernando Pessoa*,

publicado em 1958 pela editora Agir, no Rio de Janeiro, é uma versão pouco modificada de um artigo que Casais Monteiro publicara no suplemento literário de *O Estado de São Paulo*, intitulado a propósito e de forma contundente “Mais vale compreender do que não poder explicar” (cf. *idem*, 15).⁵ Os ensaios de Casais Monteiro reagem principalmente à explicação psicologista de Gaspar Simões, ferozmente criticada enquanto “o mais sensacional malogro da crítica contemporânea” (152-154), mas também à leitura de Prado Coelho, por esta entender o que designa por as diversas “filosofias” de Pessoa enquanto “unidades lógicas fechadas” (78). Casais Monteiro desenvolve a sua interpretação a partir do “carácter funcional” destas “várias filosofias” (*idem*), ou seja, do modo como as diversas partes da obra funcionam e se relacionam entre si, defendendo uma unidade estrutural por contraponto à unidade temática e estilística de Prado Coelho.

Casais Monteiro é um crítico extraordinariamente cauteloso e detalhado nas suas análises, posicionando-se, de acordo com o que Lourenço defende, numa posição subalterna face ao “*poema*”, “que constitui e institui uma instância mais alta e profunda do que toda a palavra crítica que o visa” (Lourenço, 2009: 380). O crítico enquanto leitor é, neste sentido, como Lourenço defende num ensaio de 1975, “Da Criação como Crítica à Crítica como Criação”, “*vítima* – resignada ou forçada – de uma palavra original labiríntica” (Lourenço, 1994: 72).

Lourenço escreveu ainda, nos anos 60, um ensaio até hoje inédito, sob o título “O *Pessoa* de Casais Monteiro”, na sequência da primeira reunião em livro, em 1958, dos artigos pessoanos do crítico presencista, que são aí apelidados de “aproximações” à obra de Pessoa. Neste ensaio, cujo manuscrito permaneceu no espólio de Eduardo Lourenço e que será publicado brevemente na *Revista Colóquio-Letras* (cf. Lourenço, 2018), é defendida a ideia de que “a compreensão poética e cultural de Pessoa por Casais Monteiro distingue-se de todas as outras pelo seu carácter *pessoal*, diríamos mesmo *familiar*”. Esta familiaridade teria em Casais Monteiro uma dupla dimensão, relevando, por um lado, de uma sensibilidade poética próxima, e, por outro, do importante facto histórico e biográfico do seu encontro. Lourenço resume ambas as dimensões na ideia de que Casais Monteiro teria sido, da sua geração, aquele que “mais intensamente *viveu* Fernando Pessoa”. Contrariamente aos restantes primeiros críticos, Casais Monteiro é aí apresentado como herdeiro da “experiência modernista”, tendo os seus escritos sobre Pessoa “a marca do que não é neutro e mesmo da paixão”. Neste sentido, a sua “crítica” não seria “proveniente” ou não estaria “ao serviço de qualquer *filosofia*”, apresentando-se assim “*sem dogmas mas não sem princípios*” e

⁵ Este prefácio foi republicado em 1985, em volume organizado por José Blanco, *A Poesia de Fernando Pessoa*, que é aqui citado e que respeita indicações deixadas por Casais Monteiro para uma reedição dos seus ensaios sobre Pessoa.

procurando “*não se dar outro critério que o de apreender o que nas obras há de irreduzível*”. Estas duas últimas definições da actividade crítica são decisivas para qualificar o ensaísmo pessoano de Casais Monteiro, ajudando também a compreender a posição deste na revisão da crítica apresentada nas primeiras páginas de *Pessoa Revisitado*, nas quais o crítico da *presença* não integra o núcleo de críticos redutores da estranheza do fenómeno heteronímico.

Qual é afinal a proposta de leitura de Casais Monteiro, “*sem dogmas mas não sem princípios*”? Não nos podendo esquecer que nos deparamos com diferentes leituras, correspondentes a ensaios distintos, não se tratando de um livro pensado enquanto tal, Casais Monteiro centra grande parte dessas leituras na ideia de *despersonalização dramática*, tal como Pessoa a apresenta. Segundo o crítico “Pessoa não acreditava, ou pelo menos fingia não acreditar, na pura inspiração, na espontaneidade da expressão artística” (Monteiro, 1985: 55). Neste sentido, Pessoa é um anti-romântico, um poeta que rejeita a ideia de expressão direta das emoções ou dos pensamentos do criador de poesia, “desdobrando-se imediatamente num espetador” (*idem*).

É nesta dimensão dramática da criação poética de Pessoa, em particular da heteronímia, que Casais Monteiro encontra a chave interpretativa da poesia pessoana, chave essa aliás proposta pelo próprio Pessoa em carta a Gaspar Simões, em que se define como *poeta dramático*. Esta chave interpretativa é desenvolvida de forma especialmente assertiva nos ensaios “Verdade e Ficção: um poeta da impersonalidade” (67-86) e “O Insincero Verídico” (87-106), focando as questões da impersonalidade, da sinceridade ou insinceridade da poesia de Pessoa, essencialmente a partir das propostas de T. S. Eliot, no seu famoso ensaio “Tradition and the Individual Talent”. Na linha do que defende Eliot, a poesia não seria assim, para Pessoa, “manifestação da personalidade, mas criação de personalidade”, no sentido de uma “fuga à personalidade”. No entanto, Casais Monteiro alerta para o facto de não se dever retirar desta ideia de poesia a “falsíssima tese de a poesia de Pessoa ser uma construção racional, artificial” (84), já que esta “não se pode identificar com o vulgar artifício de qualquer pseudopoeta que não tenha ideias, nem emoções”, pois, como defendeu Eliot, “só aqueles que têm personalidade e emoções sabem o que significa querer fugir destas coisas” (85).

Será importante sublinhar que Casais Monteiro não aceita a ideia de puro artifício, ainda que parta de uma noção da poesia em Pessoa enquanto criação dramática, que apesar de criada por um autor não é expressão dos sentimentos desse mesmo autor. A poesia é, neste sentido, *criação* da vida e não *imitação*, e deste modo o crítico, ainda que relativize o problema da artificialidade, acaba por centrar a sua interpretação numa certa *insinceridade* e *impersonalidade* dessa

mesma criação, na linha da proposta de Eliot. Encontraríamos neste ponto a chave de leitura de Casais Monteiro, a sua *redução crítica* da heteronímia, mas que, tal como nas leituras de Eduardo Lourenço, não pretende *reduzir a estranheza* da obra. As leituras do crítico presencista podem ser naturalmente questionadas, em particular pela importância, porventura excessiva, concedida à ideia de uma criação dramática impessoal, ponto nodal de uma leitura que mantém, no entanto, uma forte proximidade com as propostas descritivas de Pessoa sobre a sua própria obra. Ao considerar o sistema da obra pessoana, principalmente nas suas dimensões literárias e filosóficas, o mesmo não é reduzido a um fundamento que lhe seja estranho. A sua leitura segue assim, como viu Lourenço, necessariamente *princípios* interpretativos, evitando *dogmas*.

É neste sentido que Casais Monteiro recusa uma “procura de «causas exteriores» e de explicações de fora para dentro”, que serviria “unicamente para aumentar as zonas de ignorância, e fornecer ilusórias satisfações ao nosso desejo humano de ver claro” (15). Numa defesa da *interpretação* em lugar da *explicação* – “esta ambição de para tudo achar explicação nunca deveria sobrepor-se à de interpretar” – o crítico propõe um “aprofundamento” do “autêntico conteúdo” da obra, em lugar de uma “*explicação por outra coisa*, quer essa outra coisa seja a biografia do autor, quer a descoberta de supostos «elementos» da obra, que o bombardeamento da sua unidade nos ciclótrões da crítica científica conseguiria desintegrar” (16), em claras referências às obras de Gaspar Simões e Prado Coelho. Os seus ensaios são uma “tentativa de interpretação e não de «explicação»” (15) de que fala a primeira linha do prefácio, e o facto de se tratarem de textos escritos desde os anos 30 até à década de 50 confere-lhes uma menor dependência de um argumento central.

Ensaçando uma conclusão destas reflexões, e a partir dos tópicos abordados, com referência às propostas críticas de Adolfo Casais Monteiro e Eduardo Lourenço, proponho deixar alguns apontamentos a respeito de três linhas de *interpretação*, ainda que não de *explicação*, da heteronímia. Qualquer destas linhas interpretativas recusa um recurso forte a fundamentos ou motivos exteriores à obra.

1. Foco na dimensão literária e sistémica da heteronímia: a criação heteronímica depende de um programa estético e de propósitos literários, de acordo com os quais Pessoa organiza a sua obra atribuindo-a a diversas figuras autorais. Estas figuras ocupam uma posição particular no conjunto da obra, personificando um aspeto dessa mesma obra (cf. a este respeito “Aspectos”; Pessoa, 2010: 446-451). Como intuíram Casais Monteiro e Lourenço, as figuras autorais não apenas dependem da obra de que são autores, como são parte integrante da obra, sendo criadas e

desenvolvidas paralelamente à escrita dos textos.

2. Tanto a heteronímia como as explicações oferecidas por Pessoa a este respeito devem ser entendidas enquanto parte de uma mesma obra, de um só sistema ou plano. É neste sentido que se deve ler a observação de Lourenço, na primeira frase do prefácio a *Fernando, Rei da Nossa Baviera*, “custa-me imaginar que alguém possa um dia falar melhor de Fernando Pessoa que ele mesmo” (Lourenço, 2008 [1984]: 9), assim como a intuição pioneira de Casais Monteiro de que a famosa carta sobre a génese dos heterónimos é não apenas uma carta mas “uma obra” (Monteiro, 1985 [1937]: 238). Ambos entenderam a obra enquanto todo, não havendo lugar a uma hierarquia que pudesse instalar um dualismo entre obra e explicação. Os textos *Aspetos*, *Tábua Bibliográfica*, *Notas para a Recordação do meu mestre Caeiro* ou a *Carta sobre a génese dos heterónimos*, apenas para citar alguns dos principais, são parte integrante da obra literária, ainda que possuam uma dimensão descritiva dessa mesma obra.⁶ Trata-se de descrições sistémicas, mas que o crítico não pode fixar enquanto explicações definitivas e exteriores à obra, devendo ser entendidas enquanto momentos que a esclarecem de um certo ponto de vista, mutável ao longo do desenvolvimento da obra.

3. A heteronímia possui uma forte dimensão editorial, associada a um pensamento editorial de Pessoa, que decorre naturalmente dos dois pontos acima referidos e é consequência direta da dimensão literária e sistémica da obra. Apesar de não ter publicado grande parte dos seus textos em vida, Pessoa foi um autor obcecado com a ideia de publicação da obra e com a sua organização editorial, entendida em sentido lato de seleção, compilação e organização dos textos. Um aspeto decisivo desta organização era a sua atribuição autoral, no âmbito da criação de um desenho de conjunto dessa mesma obra, que pudesse definir o sentido de cada parte por relação com uma certa figura autoral e apresentá-la enquanto coleção de livros (cf. Sepúlveda, 2013: 157-244). A criação heteronímica depende por isso da elaboração de obras a publicar em livro, sendo os heterónimos figuras autorais desenhadas para essa coleção, cuja publicação foi sendo adiada. Esta organização editorial, evidente nos textos descritivos da obra acima citados, e também nos inúmeros planos e projetos editoriais de Pessoa, ajuda a entender o ímpeto pessoano de estabelecimento de um sentido de conjunto enquanto todo unitário. Este ímpeto tem como contraponto paralelo e simultâneo o questionamento do carácter definitivo de qualquer fixação dessa *totalidade*, que permaneceu sempre *fragmentada*, expondo diversas mutações de sentido ao longo do tempo.

⁶Esta intuição encontra-se igualmente na base do trabalho de dois críticos que partem de pressupostos, de resto, muito distintos, como são os casos de José Gil e António M. Feijó (cf. nomeadamente Gil, 1986 e Feijó, 2015).

Referências

- LOURENÇO, Eduardo (1969) “O *Pessoa* de Sacramento ou o exorcismo da noite”, *O Comércio do Porto*, 27 de Maio de 1969: 13.
- (1994) “Da Criação como Crítica à Crítica como Criação”, *O Canto do Signo, Existência e Literatura (1957-1993)*, Lisboa, Presença, 70-72 [1975].
- (2002) *Poesia e Metafísica*, Camões, Antero, Pessoa, Lisboa, Gradiva [1983].
- (2003) *Pessoa Revisitado, Leitura Estruturante do Drama em Gente*, Lisboa, Gradiva [1973].
- (2008) “O *Livro do Desassossego* texto suicida?”, *Fernando Pessoa, Rei da Nossa Baviera*, Lisboa, Gradiva, 109-132 [1983].
- (2009) “Poesia e Heteronímia. Resposta (sem metáfora) ao Sr. Prof. Jacinto do Prado Coelho”, *Revista Colóquio Letras*, n.º 171, Maio de 2009: 376-387 [1971].
- (2018) “O *Pessoa* de Casais Monteiro”, apresentado por Pedro Sepúlveda, *Revista Colóquio Letras*, n.º 197, Janeiro de 2018. (no prelo)
- FEIJÓ, António M. (2015) *Uma admiração pastoril pelo diabo (Pessoa e Pascoaes)*, Pessoaana, Ensaios, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- GIL, José (1986) *Fernando Pessoa ou a Metafísica das Sensações*, Lisboa, Relógio d’Água.
- MARTINS, Fernando Cabral e ZENITH, Richard (2012) “Prefácio”, *Fernando Pessoa, Teoria da Heteronímia*, Lisboa, Assírio & Alvim, 9-38.
- MONTEIRO, Adolfo Casais (1985) *A Poesia de Fernando Pessoa*, Organização de José Blanco, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- PESSOA, Fernando (2010) *Livro do Desasocgo*, Tomos I e II, Ed. Jerónimo Pizarro, Edição Crítica de Fernando Pessoa, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- SEPÚLVEDA, Pedro (2013) *Os livros de Fernando Pessoa*, Ensaística Pessoaana, Lisboa, Ática.
- WHITMAN, Walt (1894) *Poems*, The Masterpiece Library, London, “Review of Reviews” Office, CFP 8-664 MN da Biblioteca Particular de Fernando Pessoa, disponível em <http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/8-664MN> (consultado em Setembro de 2017).